Requerimento :: Requerimento de Urgência Especial: 233 / 2025

Autor: Ver. Yussef El Salla

Requeiro à Mesa, ouvido o douto plenário na Forma Regimental, que seja oficiado o **Prefeito Municipal Sr. Gabriel Alves de Oliveira** e à **Secretaria Municipal de Planejamento, Receita e Administração de Corumbá/MS na pessoa da Secretária Sra. Camila Campos de Carvalho**, para que prestem as seguintes **informações detalhadas acerca da contratação da empresa AEG Assessoramento e Consultoria Empresarial Ltda.**, com base na **Inexigibilidade de Licitação prevista no inciso III, alínea "c", do art. 74 da Lei nº 14.133/2021**, referente ao **Processo Administrativo nº 11.622/2025**, autorizado em **16 de maio de 2025**, no valor total de **R$ 600.000,00 (seiscentos mil reais)**, com vigência de **12 (doze) meses**:

1. **Quais foram os critérios técnicos e financeiros utilizados para definir o valor total da contratação (R$ 600.000,00), considerando a natureza dos serviços de consultoria e assessoria contábil-tributária contratados?**
2. **Qual a base comparativa ou referência utilizada para estimar o valor mensal de R$ 50.000,00? Houve consulta a preços de mercado, parecer técnico ou estudo prévio de viabilidade econômica?**
3. **Por que se optou pela contratação por inexigibilidade, mesmo havendo, em tese, pluralidade de empresas capacitadas para prestar esse tipo de serviço no mercado?**
4. **Quais são as atividades específicas a serem executadas pela contratada, conforme detalhado no Termo de Referência?**
5. **Por que os serviços contratados não poderiam ser realizados pelo corpo técnico efetivo da Prefeitura, que já possui servidores especializados nas áreas contábil e tributária?**
6. **Foi realizado estudo de custo comparando a contratação com a execução direta pela equipe técnica da Secretaria? Em caso positivo, favor encaminhar cópia.**
7. **Quais mecanismos de fiscalização e controle interno serão adotados para mensurar a efetiva execução dos serviços e o cumprimento dos resultados pactuados?**
8. **Consta no contrato cláusula de metas ou indicadores de desempenho? Quais são eles?**

DOC: 1748364173

9. **Existe previsão de sanções ou penalidades no caso de inadimplemento contratual por parte da empresa?**

Justificativa: O presente requerimento visa exercer o papel constitucional de fiscalização do Poder Legislativo, zelando pela legalidade, eficiência e economicidade da gestão pública municipal, sobretudo em contratações que envolvem valores significativos e serviços passíveis de execução por servidores concursados.

SALA DAS SESSÕES, 27 de Maio de 2025

Yussef El Salla
2° Vice-presidente(a) - PDT